Fundamentos da Economia

Prof^o Marco Antonio Santos marcaosanto@hotmail.com



Dentro da economia, é possível observar que ela se divide, basicamente, em 3 grandes escolas:

Escola Clássica: É uma corrente de pensamento em que o Estado não deveria se intrometer nos assuntos do mercado, deixando que ele flua livremente. Nessa teoria, as forças de mercado (mão invisível) equilibram a economia a pleno emprego, as variáveis reais da economia e os preços relativos seguem trajetórias diferentes e independentes da política monetária, não afetando a capacidade produtiva e laboral de uma economia. Seus principais teóricos foram Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus.



Adam Smith (1723-1790) é considerado o fundador da escola clássica, sendo a sua principal obra "A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas". O economista não concorda com as ideias dos fisiocratas, pois para ele a riqueza se baseia na divisão do trabalho e na liberdade econômica e não somente ao trabalho na terra.

A doutrina mercantilista, que vigorou entre o século XV e meados do século XVIII, era fundada na crença de que um país seria mais rico quanto maiores fossem sua população e seu estoque de metais preciosos. Portanto, o Estado deveria fomentar o comércio, a indústria e a agricultura com o objetivo de estimular as exportações e obter um superávit comercial nas transações com seus parceiros, pois os pagamentos internacionais eram feitos em ouro ou prata.



A falha dos mercantilistas, segundo Smith, foi não perceber que uma troca deveria beneficiar as duas partes envolvidas no negócio, sem que se registre, necessariamente, um déficit para uma das nações envolvidas.

A teoria da vantagem absoluta de Adam Smith defende que os países devem abrirse para o comércio, realizando trocas. Desta maneira, obtém-se vantagem quando cada nação concentra seus esforços na produção do bem que consegue produzir em melhores condições.



A percepção de que a riqueza era obtida através da produção de serviços e produtos finais geraria o interesse próprio de cada indivíduo em especializar-se em habilidades especiais, conforme exposto anteriormente.

Dessa forma, o interesse pessoal e a competição regulariam automaticamente o mercado, com pouca necessidade de intervenção governamental.

Adam Smith denomina como "mão invisível" a orientação do interesse pessoal na direção mais adequada aos interesses da sociedade. Além disso, o Estado tem um papel a desenvolver, visto que deve assegurar as funções que são atinentes a ele como Estadopolícia e ainda, em relação ao mercado proteger a livre concorrência e produzir certas atividades.



David Ricardo (1772-1823) defende a teoria da vantagem comparativa, em que uma nação pode preferir importar algumas mercadorias que poderia fazer com custos mais baixos do que outro país, desde que tiver a possibilidade de conquistar uma posição dominante em outras mercadorias exportáveis.

Cada país opta pelo tipo de produção em que se destaca, sendo que as receitas obtidas com as exportações permitem financiar as importações.

O princípio das vantagens comparativas prevê que uma nação exportará os produtos com custos de oportunidade relativamente menores e importará os produtos nos quais tenha custos de oportunidade relativamente maiores.



Thomas Malthus (1776-1834), o teórico da superlotação defende que as terras cultiváveis do planeta estão limitadas pelo espaço geográfico do território nacional, e que naturalmente irá existir um ponto de esgotamento na produção de alimentos.

Ele explica que a população cresce de maneira mais rápida em comparação à produção agrícola, gerando o aumento da fome e da destruição da ordem social, originando-se daí a necessidade de planejamento e controle populacional.



Escola Marxista: Seu autor se chamava Karl Marx (1818-1883). Este pensador mencionou que o valor de um determinado bem é apurado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção. Para ele, o lucro não se realiza por meio da troca de mercadorias relacionadas a seu valor, mas sim pela troca em relação a sua produção. É autor também da teoria da mais-valia, que seria a diferença entre o valor incorporado a um bem e a remuneração do trabalho que foi necessário para sua produção.



As principais características do marxismo são a proibição da propriedade privada, e, consequentemente, a extinção da burguesia e da distinção de classes sociais. E, segundo Marx, isso seria possível mediante uma forte ditadura que ele chamou de ditadura do proletariado, que assumiria o estado e acabaria com todas as estruturas estatais e sociais que mantinham o poder hegemônico da burguesia na sociedade capitalista: o sistema jurídico burguês, a economia baseada na propriedade privada, a mídia burguesa e a religião. Todos esses elementos formam conjuntos que Marx denominou superestrutura (Estado e sistema jurídico capitalista) e infraestrutura (mídia e religião que criam ideologias para manter o proletariado conformado com a sua exploração).



Escola Keynesiana: O keynesianismo defende a necessidade do Estado em buscar formas para conter o desequilíbrio da economia. Para o autor dessa escola, a "mão invisível do mercado", de Adam Smith não era capaz de regular sozinha os desníveis econômicos. Entre outras medidas, os governos deveriam aplicar grandes remessas de capital na realização de investimentos que aquecessem a economia e também conceder baixas linhas de crédito, garantido a realização de investimentos do setor privado. Seu autor se chamava John Maynard Keynes (1883-1946), e sua obra principal "Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro".



A doutrina keynesiana é uma teoria econômica que ganhou destaque no início da década de 1930, no momento em que o capitalismo vivia uma de suas mais graves crises.

Nessa época, as nações capitalistas geriam o campo econômico com base nas teorias estabelecidas pelo liberalismo clássico, doutrina econômica que defendia a ideia de que o desenvolvimento econômico de uma nação estaria atrelado a um princípio de não intervenção do Estado na economia.



Segundo o pensamento keynesiano, a premissa fundamental para compreender uma economia encontrava-se na simples observação dos níveis de consumo e investimento do governo, das empresas e dos próprios consumidores. Partindo desse princípio, esta escola aponta que no momento em que as empresas tendem a investir menos, inicia-se todo um processo de retração econômica que abre portas para o estabelecimento de uma crise.

Para que uma situação de crise fosse evitada, o keynesianismo defende a necessidade do Estado em buscar formas de conter o desequilíbrio da economia. Entre outras medidas, os governos deveriam aplicar grandes remessas de capital na realização de investimentos que aquecessem a economia de modo geral. Paralelamente, era de fundamental importância que o governo também concedesse linhas de crédito a baixo custo, garantindo a realização de investimentos do setor privado.



Promovendo tais medidas de incentivo, os níveis de emprego aumentariam e consequentemente garantiriam que o mercado consumidor desse sustentação real a toda essa aplicação de recursos. Dessa maneira, o pensamento proposto por Keynes transformava radicalmente o papel do Estado frente à economia, colocando em total descrédito as velhas perspectivas liberais.

Somente a partir da década de 1970, novas correntes de pensamento econômico combateram os princípios do pensamento keynesiano. Nessa época, a retração dos altos índices de desenvolvimento alcançados nas duas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial pôs em cheque a teoria John M. Keynes. Com isso, as perspectivas liberais dos teóricos da escola monetarista ganharam destaque no pensamento econômico capitalista.



O que é economia ambiental?

Falar de economia ambiental é algo muito novo ainda, seja no campo da própria economia como no campo das ciências ambientais como um todo. Segundo a lei da conservação da matéria: "nada se cria nem se destrói".

Com base nisso, não se pode ter uma ocasião onde se possam obter ganhos sem outro ter uma perda. Isto acontece pois o processo econômico, se não for induzido a nenhuma mudança qualitativa, nem sofrer mudanças qualitativas de onde está imerso, se torna um sistema isolado, autocontido e histórico.



Os primórdios da economia no problema ambiental começam da necessidade de controlar o uso desenfreado das mais diversas estruturas ambientais, com destaque especial para os problemas de poluição que começaram a aparecer nas metrópoles dos países desenvolvidos e a crise do petróleo, que resultou em um aumento desenfreado de seu preço no mercado mundial (ambos durante a década de 1970).

Após esses graves problemas, em 1983, as Nações Unidas instituíram a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMD). O objetivo dessa comissão seria sugerir meios para se atingir o que, anos depois passaria a ser chamado de desenvolvimento sustentável.



Para se buscar este conceito de "desenvolvimento sustentável" é que foi aumentando, a partir deste relatório a preocupação dos cientistas (e também dos economistas) com relação ao uso dos recursos naturais.

Observando as ideias sobre recursos limitantes, é perfeitamente possível e imaginável dizer que os recursos naturais podem se esgotar. Portanto, o grande desafio, seria então fazer com que os recursos naturais não renováveis (como o petróleo, por exemplo) fossem substituídos pelos renováveis (como pela água, por exemplo).



Para se conseguir resolver tal demanda, seria necessária uma grande evolução tecnológica, ou seja: para se buscar este "desenvolvimento sustentável" com substituição da matéria prima utilizada, seria fundamental o desenvolvimento tecnológico, pois o objetivo deste é exatamente aumentar a produção de um determinado bem de consumo de maneira que a matéria prima que o origina seja menos utilizada.

Para concluir o que vem a ser a economia ambiental, podemos entender que esta possui uma base na economia neoclássica, entretanto levando-se em conta que o mercado não é perfeito, sendo necessário, portanto, intervir no mesmo para proceder a suas necessárias correções.



O que é economia ecológica?

O surgimento dessa corrente de pensamento dentro da economia se dá um pouco antes do surgimento da economia ecológica. Durante a segunda metade da década de 1960 e início da de 70, a questão ambiental estava na ordem do dia, devido à publicação de alguns trabalhos que, depois se tornariam clássicos dentro desta vertente da economia. Alguns destes artigos e livros são: "The Economics of the Coming Spaceship Earth" (1966), de Kenneth Boulding; "The Entropy Law and the Economic Process" (1971), de Nicholas Georgescu-Roegen; "On Economics as a Life Science" (1968), de Herman Daly; "Environment, Power and Society" (1971), de Howard Odum, entre outros.



Apesar de seus primórdios, a economia ecológica só se consolida, de fato, muito tempo depois da economia ambiental. Para ser exato, com a fundação da International Society for Ecological Economics (ISEE), em 1988 e com a criação da revista "Ecological economics", em 1989.

Essa vertente econômica se fundamenta em alguns pilares, sendo o primeiro o fato de que um sistema econômico deve ser considerado na sua mais ampla escala, seja ela temporal ou mesmo espacial. Outro fator fundamental se dá pelo fato de que as condições físicas e químicas irão influenciar de sobremaneira todo o sistema, uma vez que é de lá que se derivam a energia e matéria prima a serem utilizadas.



Resumidamente, boa parte do processo se realiza através de processos químicos e físicos, logo, estes devem fazer parte da análise econômica.

A falta da análise de todo estes fatores, inclusive, é a principal crítica dos economistas ecológicos em relação aos economistas ambientais.



Recentemente, muita polêmica entre economistas ecológicos e ambientais tem acontecido.

Um dos fatores que tem contribuído para isso se dá pelo fato de os economistas ecológicos criticarem os economistas ambientais pelo fato destes não levarem em conta as inter-relações ecológicas dentro de um recurso natural, ou seja, enxergam apenas um lado das relações ecossistêmicas.



Outro fator que também tem gerado desagravo entre ambos, paira no fato de que os que compartilham da ideia da economia ecológica se apoiam em conceitos físicos, logo ela deve seguir os caminhos desenvolvidos e feitos pela física, em especial, na segunda lei da termodinâmica, aquela Lei da Física que fala que: A quantidade de entropia de qualquer sistema isolado termodinamicamente tende a incrementar-se com o tempo, até alcançar um valor máximo.

Portanto, para estes, como a termodinâmica é uma lei em completa evolução, significa dizer que a economia deveria entrar no campo multidisciplinar, uma vez que as decisões econômicas vão ter impacto sobre o desenvolvimento da sociedade, significando dizer que o problema ambiental está na forma de desenvolvimento da sociedade.



Observamos que a economia ambiental, apesar de ser constantemente confundida com a economia ecológica, surgiu para tentar colocar freio no desenvolvimento a qualquer custo que era a tática dos principais países industrializados até meados da década de 1970.

Esse crescimento desenfreado deu e dá origem a uma série de fatores preocupantes para o planeta como os desperdícios e as degradações do meio ambiente.

Outra consequência disso ocorre em relação aos bens naturais: água, ar e vegetação, que antes eram abundantes agora, muitas vezes para consegui-las, se faz necessário sua produção através da reciclagem.



Esse paradoxo do que vem a ser agora denominado de "abundante", leva a indústria a ter que começar a investir fi nanceiramente na preservação ambiental. Evidentemente que esta situação não começa a acontecer devido ao espírito fi lantrópico do empreendedor, mas devido a alguns fatores:

<u>Matérias-primas</u>: antes eram muito mais baratas, entretanto devido à imensa procura por bens primários, somado a lei da oferta e da procura, possui hoje uma taxa de extração mais cara, aumentando sobremaneira seu valor ao longo de todo o processo produtivo. Produzir os mesmos valores de antes são hoje mais caros, reduzindo a margem de lucro do investidor.



Custo de mão de obra: o uso desenfreado do solo, assim como o crescimento da malha urbana e o aumento (mesmo que pequeno) do nível educacional do trabalhador, faz com que uma determinada companhia diminua seu percentual de mais valia retido, ou seja, salários mais caros pelos mesmos serviços.

Imagem da empresa: pode-se dizer que um dos principais diferenciais de uma empresa, hoje está em relação aos chamados "selos verdes". Índices como os selos ISO (9000, 9001, 14000) tem sido cada vez mais cobrados pelo mercado, ficando o empreendimento que não os possui um passo atrás na busca de novos clientes e por consequência atrás em relação à concorrência.



Maior fiscalização: apesar de ainda termos um número pequeno de servidores responsáveis pela preservação ambiental nos mais diversos órgãos públicos, como os Institutos Estaduais e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por exemplo, o Brasil possui algumas das mais restritivas leis ambientais do mundo, o que também gera um custo maior para a indústria, seja para conseguir suas licenças prévias, de instalação e operação, seja para pagar as multas oriundas de desrespeito a essas leis.



Obrigado e até o próximo encontro!!

marcaosanto@hotmail.com

